

Introdução ao estudo do capital nos serviços de saúde

Roberto Passos Nogueira

ÍNDICE

Escopo deste estudo	3
I - Para uma Teoria dos Serviços	5
O Conceito de Serviços: Determinação Geral	5
O Conceito de Serviços: Determinação Específica	8
A Questão do Valor na Produção de Mercadorias e nos Serviços... ..	11
Relações Sociais	14
Ciclo do Capital-Dinheiro em Serviços	19
II - A Organização Capitalista dos Serviços de Saúde	26
Componentes do Capital	26
Relações com a Indústria de Insumos	35
Observações Adicionais sobre Trabalho Produtivo e Improdutivo..	38
Referências.....	41

Escopo deste estudo

A assistência de saúde recebe usualmente a designação de serviço ou de prestação de serviços, quando se intenta demarcar sua posição dentro dos grandes segmentos que compõem a divisão social do trabalho. É assim que aparece nos recenseamentos oficiais, enquadrada no setor terciário da economia. A própria linguagem comum já consagrou esta denominação: fala-se de serviços de saúde, para indicar tanto os atos de saúde em si mesmos, quanto às instituições encarregadas de realizá-los.

Essa classificação, todavia, não decorre de um prévio entendimento acerca do que seja o trabalho em saúde. Em geral, os chamados serviços são identificados mediante uma mera regra de exclusão: todo trabalho que não produz mercadorias passa automaticamente a esta rubrica. A assistência de saúde participa também desta situação "residual", típica do setor terciário, sobre a qual um economista observa o seguinte:

"Por exclusão, o setor terciário reúne todas as atividades cuja produção não é, em geral, mensurável em unidades físicas. Neste setor, num sentido restrito, o produto somente existe durante o processo produtivo, não sendo possível manter-se um estoque dos bens obtidos. Essa característica abstrata é comum a todas as atividades do setor terciário, apesar de constituir, possivelmente, uma das poucas semelhanças" (1).

No que se refere ao seu aprofundamento teórico, pouca atenção tem sido dedicada, pelos economistas, ao conceito de serviços *stricto sensu*, ou "serviços de consumo", segundo Paul Singer (2), que engloba um sem número de atividades heterogêneas, desde aquelas exercidas pelos empregados domésticos até o conserto e manutenção de bens duráveis, passando pelas áreas sociais da saúde e da educação. A maioria dos economistas, clássicos e modernos, preocupou-se com os serviços de consumo apenas na medida em que constituem o necessário contra ponto de setores vitais da economia capitalista: em primeiro lugar, em questões teóricas como a da velha polêmica sobre trabalho produtivo e improdutivo; e, em segundo, mais recentemente, na literatura sobre emprego e desenvolvimento econômico (3).

A despeito de todas as dificuldades conceituais que a cercam, cremos ser a noção de serviço um indispensável ponto de partida na análise do trabalho em saúde e de suas relações com a economia capitalista. A assistência de saúde deve ser compreendida como parte de um

grupo de atividades econômicas, os serviços de consumo, cujo modo de inserção na dinâmica das sociedades capitalistas apresenta características comuns. A natureza desses serviços e do capital neles empregado precisa ser previamente esclarecida. Surge assim, na análise, um nível intermediário, capaz de fazer evitar raciocínios mecanicistas, que resultam de se considerar o trabalho em saúde como algo singular.

Portanto, o que se impõe, de início, é o desenvolvimento do conceito de serviço. Para empreender tal tarefa, tomaremos por base os diversos textos em que Marx trata do trabalho em serviços, distinguindo-o do trabalho industrial: Grundrisse, Sexto Capítulo Inédito d'O Capital, Teorias da Mais-Valia. Estas obras fornecem os elementos essenciais para o entendimento dos serviços enquanto modalidade específica de trabalho, submetida ou não a relações capitalistas. Infelizmente, entretanto, elas abordam muito precariamente os problemas relacionados com o capital investido neste setor. A razão é bem simples: à época de Marx, as empresas deste gênero tinham pouca importância econômica. Nas Teorias da Mais-Valia, após mencionar as escolas capitalistas como exemplo, Marx acentua que "todas as manifestações da produção capitalista nesta esfera são tão insignificantes comparadas com a totalidade da produção que podem ser postas de lado" (4).

Atualmente, essa observação já não se justifica. Os serviços se transformaram num setor relativamente importante de investimento de capital e, ademais, sua articulação com a indústria passou a ser uma das molas propulsoras da acumulação na fase monopolista do capitalismo. Basta que se considere a incessante expansão das grandes oficinas de reparo de veículos automotores e sua relevância como braço mercantil das indústrias automobilísticas e de autopeças. Entretanto, nada há em tais fenômenos que não possa ser compreendido através do manancial teórico da obra mais madura de Marx, O Capital, principalmente das análises do capital mercantil contidas no livro terceiro. É o que nos esforçaremos por fazer em referência às empresas capitalistas de saúde, sistematizando e interpretando seu pensamento sobre o trabalho em serviços, tentando, às vezes, preencher algumas lacunas dessa temática, que ocupa um lugar intencionalmente secundário em seus textos.

Nosso estudo estará limitado às empresas capitalistas de serviços de saúde porque entendemos que estas, além de suas particularidades, ligadas aos objetivos lucrativos, reproduzem todas as propriedades econômicas essenciais de outros tipos de empresas (beneficentes, estatais, etc.). Concentrar-nos-emos nelas por serem a forma economicamente mais desenvolvida de prestação de serviços de

saúde. Aqui, novamente, “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”.

I - Para uma Teoria dos Serviços

O Conceito de Serviços: Determinação Geral

Em Marx, o conceito de serviço apresenta-se sob uma determinação genérica e outra específica. Não são dois conceitos distintos, mas um único, colocado em dois diferentes níveis de abstração. Embora apenas a determinação específica leve em conta as relações sociais e tenha aplicações econômicas, a própria dialética inerente ao pensamento de Marx obriga a que se exponha inicialmente a determinação genérica.

Em seu aspecto mais abstrato, o conceito de serviço apresenta-se como uma extensão do conceito de valor de uso. Entende-se por valor de uso qualquer objeto (em geral, mercadoria) ou atividade (trabalho) destinados a satisfazer alguma necessidade humana. E o que se chama de serviço constitui o consumo de um desses tipos de valor de uso, numa maneira adequada à correspondente necessidade; ou seja, constitui a efetiva realização da utilidade das mercadorias ou da utilidade do trabalho.

Assim, o conceito de serviço, nessa dimensão abstrata, designa a ação ou efeito dos valores de uso, no atendimento de uma finalidade pré-determinada: “serviço nada mais é que o efeito útil de um valor de uso, mercadoria ou trabalho” (6).

Nessa passagem de O Capital, Marx trata os serviços em suas propriedades “naturais”, independentemente das relações sociais de produção e de troca que envolvem as mercadorias e o trabalho humano. O trabalho de um operário e um relógio de uso pessoal, neste sentido, em nada se diferenciam cada - qual presta seu serviço peculiar, serve a um fim.

Na contribuição à Crítica da Economia Política, Marx já havia sublinhado esse aspecto genérico do conceito de serviço, referindo-se especificamente à utilização das mercadorias, sob a forma de meios de consumo ou de meios de produção:

“Enquanto valor de uso, a mercadoria exerce uma ação causal. O trigo, por exemplo, age como alimento. Em certas proporções, uma máquina suprime o trabalho. Esta ação da mercadoria, ação que faz

dela um valor de uso, um objeto de consumo, pode ser considerada o seu serviço, o serviço que ela presta como valor de uso" (7).

Ao fazer tabula rasa das relações sociais, a determinação genérica enfoca apenas a aplicação das propriedades úteis das coisas ou, num sentido análogo, o emprego útil do trabalho.

Prestar serviço significa fazer que algo seja útil a alguém. Pelo serviço, o valor de uso se consome enquanto tal. Todo consumo, desde que adequado às necessidades humanas, em seu caráter social, passa então a ser um serviço e todo serviço passa a implicar no consumo do valor de uso.

Só não é serviço, desse modo, aquilo que não satisfaz uma dada necessidade. Por exemplo, um refrigerador de ar presta serviço na medida em que faz baixar a temperatura de um ambiente; mas esse mesmo aparelho produz certos efeitos (ruído, condensação de água, etc.) que não podem ser considerados como serviço, porque não cumprem qualquer finalidade e, ao contrário, muitas vezes são "desserviços". Trata-se de perturbações secundárias que acompanham inevitavelmente aquele serviço.

Por seu nível de abstração, como também pela ênfase no valor de uso, o conceito de "serviço em geral" assemelha-se ao de "trabalho produtivo em geral", que Marx expõe no quinto capítulo do primeiro livro de *O Capital* (5). Mas a análise segue caminhos um pouco diferentes, porque ali Marx põe em destaque a necessária integração dos componentes do processo de trabalho, na produção de valores de uso objetivos, ao passo que, no conceito de serviço, está em jogo o consumo dos valores de uso, de qualquer natureza, o que leva a vê-los isoladamente, sob a forma de trabalho ou de mercadoria.

Entretanto, a palavra serviço tende a ser empregada habitualmente apenas em relação ao trabalho, excluindo dessa noção as mercadorias. Em algumas ocasiões, Marx, reconhece essa limitação, dada pelo senso comum, embora não deixe de traçar um paralelo com o consumo das mercadorias:

"Esta palavra 'serviço' não é, em realidade, mais que um termo de que nos valem para expressar o valor de uso especial que o trabalho fornece, como outra mercadoria qualquer; é, sem dúvidas, um termo específico: o trabalho presta serviços, não como coisa, mas como atividade, função na qual não se diferencia de uma máquina, um relógio, por exemplo," (8).

“Em geral, a palavra serviço exprime simplesmente o valor de uso particular do trabalho, útil como atividade e não como objeto” (9).

Neste caso, o conceito de serviço abrange, em maneira restrita, o valor de uso da força de trabalho, a atividade que é peculiar a esta. Mas como não se consideram, neste ponto, as diferenças de relações sociais, o trabalho de um operário tem tanto característica de serviço quanto o trabalho de um empregado doméstico embora se saiba que, economicamente, são distintos, pois um produz mais-valia enquanto o outro é incapaz de fazê-lo.

Em relação ao operário, seguindo a dialética marxiana, pode-se afirmar que presta um duplo serviço - primeiro, ao ceder a seu patrão o valor de uso de sua força de trabalho e, segundo, ao valorizar o capital, sendo este último o principal “serviço” do ponto de vista do empresário capitalista. Comparando o trabalho do alfaiate que faz roupas sob encomenda com o alfaiate-operário, Marx acentua:

“... os serviços que o alfaiate-operário presta ao empresário capitalista, para quem trabalha, não consistem precisamente em converter um tecido em calça, mas sim em fazer que o tempo de trabalho total, materializado numa calça, equivalha a 12 horas de trabalho, por exemplo, e o salário do operário a 6 horas. Este serviço se concretiza, portanto, em 6 horas de trabalho não-pago” (10).

Produzir mais-valia torna-se um serviço específico, na medida em que o valor de troca é o alvo do processo capitalista e, para o empresário, se constitui no verdadeiro valor de uso da força de trabalho.

De qualquer modo, a determinação genérica está presa ao âmbito do valor de uso. Servir significa fazer-se útil, mesmo quando a utilidade refira-se à apropriação do valor de troca.

Se a análise se interrompesse no nível de determinação genérica, teríamos apenas uma compreensão parcial do conceito de serviço, envolvendo categorias não propriamente econômicas, porque o valor de uso, tomado em forma absoluta, “não entra no domínio da economia política” (Marx). Esse conceito deve, portanto, ser particularizado e só pode sê-lo através da análise da totalidade das relações sociais, numa sociedade capitalista. Denomina-se serviço, nessa sociedade, não o trabalho em geral, mas uma atividade específica organizada sob distintas formas de relações sociais, cujas características econômicas opõem-se às do processo de produção de mercadorias. É assim que poderemos compreender a assistência de

saúde como parte da divisão social do trabalho, na qualidade de integrante do setor de serviços.

Ver-se-á que o conceito específico de serviço faz referência ainda ao valor de uso da força de trabalho, mas como uma dada maneira de utilizá-lo. Nessa formulação mais concreta, a determinação genérica persiste embora como elemento superado e enriquecido por outras determinações que emanam da essência da sociedade capitalista.

O Conceito de Serviços: Determinação Específica

Os serviços *stricto sensu* ou serviços de consumo, conforme a nomenclatura de Paul Singer, constituem um conjunto heterogêneo de atividades econômicas que ocupam certos espaços na divisão social do trabalho e na esfera de especialização dos capitais. Sua característica principal é a de fornecer trabalho como mero valor de uso, para um consumo privado. O serviço limita-se a provocar um efeito útil ou, ainda, a produzir valores de uso estritos, não-mercantis. É trabalho que se consome como atividade útil por si mesma, devido ao conhecimento e capacidade técnica que o orientam, dirigindo-se quer à personalidade viva do usuário, quer a algum objeto de sua propriedade.

Trata-se de uma forma particular de emprego e consumo do valor de uso da força de trabalho, que contrasta com o processo de produção de mercadorias, em que o trabalho é consumido apenas com a finalidade de criar valor e mais-valia. Este fato basta para distinguir o usuário de serviços perante o empresário industrial. Quando este emprega produtivamente a força de trabalho de seus operários, o valor de uso desta é unicamente um meio para obtenção de valor adicional. Nos serviços, ao contrário, o trabalho é apropriado não “como valor de uso em função do valor, mas como utilidade particular, é um valor para o uso” (11).

Para o usuário, o trabalho do médico, do dentista, do enfermeiro e de todos os outros prestadores de serviços de saúde é sempre útil em função de algum efeito que possa produzir. Tais serviços assemelham-se a outras mercadorias que fazem parte de seu consumo pessoal, seja ele um operário ou um capitalista, e tenha de comprá-los com base em seu salário ou em sua renda de empresário. Como diz Marx, a atividade útil dos serviços (juntamente com as mercadorias indispensáveis a sua prestação) é um meio de consumo como qualquer outro:

“Reconhecidos como artigos de consumo, há a cada momento, ao lado dos artigos de consumo existentes na forma de mercadorias, uma quantidade de artigos de consumo na forma de serviços” (12).

Alguns serviços representam meios de subsistência e outros, artigos de luxo. Entre os serviços de saúde, uma consulta de clínica médica no sistema previdenciário é um meio de subsistência, enquanto uma cirurgia plástica para fins estéticos, realizada numa clínica privada, é um artigo de luxo. Mas em qualquer caso, a compra dos serviços dá-se como apropriação de meios de consumo que podem ser distinguidos em dois grupos de componentes: 1. o valor de uso da força de trabalho, que é o fundamento de todo serviço; 2. as mercadorias eventualmente necessárias na qualidade de meios ou instrumentos de trabalho.

O usuário adquire e consome esses dois tipos de valores de uso integrados num processo de trabalho. Tem-se aqui uma simples troca mercantil: se paga à força de trabalho conforme o tempo que dela se servir; e pelas mercadorias, conforme seu valor. O que é vendido não é o resultado ou o efeito do trabalho, mas esses elementos. É o que Marx observa a respeito dos serviços de profissionais liberais:

“Do ponto de vista econômico, é indiferente, portanto, que o médico me cure, o professor me faça aprender ou o advogado ganhe para mim uma causa. O que lhes pago são os serviços como tais, sem que eles me garantam nem tenham por que garantir seu resultado” (13).

O médico recebe pelo trabalho de diagnóstico, prescrição terapêutica e pelo uso de seus instrumentos de trabalho, e não pela cura de doente, que é um efeito almejado, embora não possa ser garantido de antemão. Se o paciente vier a falecer, os serviços serão remunerados da mesma forma que se ocorresse à cura.

O usuário dos serviços procura a força de trabalho cujas ações e efeitos supostamente correspondam a suas necessidades enquanto mero consumidor. Em certos casos, são indispensáveis alguns meios de trabalho, os quais passam a integrar o preço dos serviços.

A apropriação dos valores de uso que compõem os serviços verifica-se no âmbito extra-econômico, como consumo privado. A denominação de “consumo privado” serve apenas para estabelecer uma oposição ao consumo produtivo e não deve ser entendida no sentido de ser restrita a um indivíduo em particular. De fato, o consumo dos serviços ocorre frequentemente em forma coletiva,

como numa escola ou num hospital, por exemplo. O importante, entretanto, é a similaridade com a compra e consumo de outros valores de uso. Se um trabalhador ou um capitalista compra pão para seu consumo pessoal realiza neste momento um ato de circulação simples de mercadorias; mas quando um deles em seu lar, consome o pão, como valor de uso, já não se trata de um ato econômico. Retomando a determinação genérica, pode-se dizer que o pão presta seu serviço, isto é, realiza seu valor de uso, através desse consumo privado. Da mesma maneira, os serviços são simples ações de consumo como decorrência da ativação do valor de uso da força de trabalho e de outros meios eventualmente necessários. É de natureza mercantil a relação que se estabelece entre o usuário e o prestador (ou o empresário) de serviços, para realizar o valor de troca inerente aos elementos do processo de trabalho; mas o próprio serviço é um consumo não produtivo e, portanto, extra-econômico.

Assim, não se deve confundir a permuta mercantil dos elementos do processo de trabalho com o serviço, que é este processo, como ativação da força de trabalho e do valor de uso de outras mercadorias em função do consumo privado. A permuta faz parte da cadeia de circulação simples, cuja fórmula é M-D-M. O dinheiro, em relação aos componentes do processo de trabalho, atua como meio de circulação. O usuário que emprega seu dinheiro em serviços age em forma radicalmente diferente do capitalista que investe capital-dinheiro na compra de força de trabalho, porque o interesse deste está em transformar o valor inicial D em valor acrescido D' e não em consumir privadamente o valor de uso especial dessa mercadoria. Assim, nos serviços "este consumo de força de trabalho não se situa como D-M-D', mas tão-somente como M-D-M (onde a mercadoria é o trabalho ou serviço): o dinheiro age como meio de circulação e não como capital" (14).

Os valores que se fazem presentes nessa circulação sempre desembocam, portanto, no consumo privado através do próprio processo de trabalho. Não importa se o agente dos serviços está presente na casa do usuário (e.g. como empregado doméstico) ou num local determinado (e.g. como empregado de um hospital). Neste sentido, o consumo privado do valor de uso da força de trabalho, por sua utilidade particular, constitui uma característica universal dos serviços, independente do tipo de relação social a que estejam submetidos.

A Questão do Valor na Produção de Mercadorias e nos Serviços

Embora o trabalho em serviços, em certas circunstâncias, possa materializar-se em valores de uso objetivos, estes, contudo, não se convertem em verdadeiras mercadorias. Um exemplo talvez melhor esclareça essa formulação. Tomemos o caso dos operadores de Raios X, numa clínica empresarial. Seu trabalho tecnicamente orientado é capaz de imprimir à chapa uma imagem radiográfica qualquer - digamos, de uma fratura óssea. Há materialização de trabalho num dado valor de uso que é a chapa sensibilizada. Este é um valor de uso imediato, apenas um produto útil, que não é reproduzível numa série destinada à permuta sistemática. Portanto, não é produzido como mercadoria, mas apenas como objeto dotado de utilidade, à semelhança de muitas outras coisas que são frutos do trabalho humano (por exemplo, uma refeição preparada por um empregado doméstico). Nesse processo de trabalho participam, contudo, algumas mercadorias e que, como tal, revestem-se de valor de uso e de valor de troca; são elas: a força de trabalho do operador; a chapa virgem; o instrumental radiográfico; substâncias químicas usadas na revelação do filme, etc. Há de se supor que a compra desses elementos está regulada pela lei do valor-trabalho, como se dá com qualquer mercadoria.

Para aprofundar a análise dos serviços, é imprescindível a correta compreensão de dois pares de conceitos desenvolvidos por Marx:

1. força de trabalho e trabalho;
2. trabalho concreto e trabalho abstrato.

Entende-se por força de trabalho "o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano". Por outro lado, o valor de uso da força de trabalho consiste no próprio trabalho, em suas propriedades de atividade útil, dirigida a um fim.

Na divisão social do trabalho, cada atividade concreta opõe-se às outras, com as quais se relaciona através dos movimentos econômicos dos produtos e serviços. São atividades interdependentes devido às relações de troca que estabelecem entre si, necessárias à reprodução do conjunto dos trabalhadores. Para subsistir, cada trabalhador precisa dos valores de uso produzidos por todos os outros e os obtêm mediante a troca mercantil (aqui estamos considerando, para simplificar o problema, uma sociedade composta de produtores

de mercadorias/prestadores de serviços autônomos). Pois bem, uma atividade útil qualquer em si não possui valor:

“A força humana de trabalho em ação ou o trabalho humano cria valor, mas não é valor” (15).

De que modo, portanto, o trabalho pode criar valor?

Em determinados setores de atividade econômica, o trabalho humano materializa-se constantemente num produto, dá origem a um valor de uso objetivo, cuja forma lhe corresponde. Cada produto requer uma atividade específica e adequada para poder vir ao mundo: produz-se pão pelo trabalho do padeiro, jóias pelo joalheiro, casas pelo pedreiro, etc. Estas diferentes espécies de trabalho opõem-se umas às outras como valores de uso qualitativamente distintos e o mesmo pode ser dito de seus produtores. Mas o valor é uma dimensão estritamente quantitativa: pressupõe a comparação sistemática entre os produtos do trabalho, tomando como medida o tempo de trabalho socialmente necessário a produzi-los. Esta comparação só se verifica através de repetidos atos de troca. Os produtos passam a se confrontar enquanto materialização não mais de trabalho concreto, mas de trabalho abstrato, socialmente homogeneizado.

Assim, o valor das mercadorias, embora tenha por base o trabalho concreto, na forma de atividade útil ou materializada num produto, representa algo que é a abstração de todos os trabalhos dos produtores, isto é, a superação dos aspectos meramente qualitativos dos valores de uso, o que só pode ser estabelecido através da troca. Pela permuta sistemática e, por conseguinte, pela existência de um mercado suficientemente desenvolvido, é que o trabalho concreto se transmuta em trabalho social homogeneizado, substância do valor:

“Só com a troca, adquirem os produtos do trabalho, como valores, uma realidade socialmente homogênea, distinta de sua heterogeneidade de objetos úteis, perceptível aos sentidos. Esta cisão do produto do trabalho em coisa útil e em valor só atua na prática, depois de ter a troca atingido tal expansão e importância que se produzam as coisas úteis para serem permutadas, considerando-se o valor das coisas já por ocasião de serem produzidas” (16).

Esta transformação do trabalho concreto em valor não resulta de uma operação mental ocorrida na subjetividade dos produtores; é, antes, uma operação de mercado, totalmente objetiva, que impõe um termo de comparação às mercadorias que são objetos da troca. O trabalho

social, abstração de todas as formas concretas em que se realiza o trabalho na sociedade, é o termo de referência para fixar as proporções em que um produto equivale a outro. A sociedade atua como um autômato, regulando a troca dos produtos, necessários a sua reprodução, em conformidade com o tempo de trabalho disponível de todos seus produtores:

“... a cada mercadoria isolada só se aplica o tempo de trabalho necessário, e da totalidade de trabalho social só se emprega nos diferentes ramos a quantidade proporcional necessária” (17).

Cada produtor recebe, em outros valores de uso, o exato montante de “trabalho abstrato” que as condições das forças produtivas requerem que seja imprimido a sua própria mercadoria.

Ora, o que caracteriza o processo de trabalho em serviços é a impossibilidade de ele passar à forma do trabalho abstrato. A atividade útil que lhe é peculiar contrasta, como valor de uso, no plano qualitativo, com o trabalho de outros produtores da sociedade. Mas em si não é um valor. No esforço físico e mental de examinar um paciente, estabelecer um diagnóstico, prescrever medicamentos, o trabalho do médico é uma atividade útil destinada imediatamente ao consumo privado. Deste trabalho podem surgir efeitos úteis - o diagnóstico da doença, o alívio dos sintomas, a cura; ou podem surgir também certos objetos úteis, por exemplo, um aparelho de gesso para imobilização de um membro fraturado. Não será este objeto uma mercadoria como as outras portadoras de valor? A resposta é negativa, porque este valor de uso não se destina à venda, não entra no mercado como as demais mercadorias, mas passa, sem mediação, à esfera do consumo privado. Se o médico molda um aparelho de gesso, está comercializando, neste momento, a utilização de sua força de trabalho e dos meios e matérias primas necessários a produzi-lo. Seu trabalho se exterioriza num objeto é certo; contudo, representa apenas trabalho concreto, pois o produto não se destina à troca. Na concretude do aparelho de gesso está refletida a particularidade do trabalho do médico, porém não a generalidade do trabalho social, que pressupõe a permuta sistemática do produto do trabalho. É algo produzido para o consumo e não para a troca. Agora, se o médico se dedicasse a fabricar membros artificiais, converter-se-ia num produtor de valores, pois o fruto de seu trabalho estaria destinado de antemão e sistematicamente ao mercado.

Naturalmente, existem certas gradações entre o trabalho em serviços e o trabalho produtor de mercadorias, que não dependem de seu conteúdo específico, mas das relações sociais a que estão

submetidos. As refeições preparadas por um empregado doméstico são produtos de um serviço típico. Num restaurante, este mesmo trabalho já se apresenta numa forma de transição à produção de mercadorias. Finalmente, quando empregado numa fábrica de alimentos semi-praparados, torna-se um típico trabalho produtor de mercadorias (e de valor e mais-valia).

Algumas vezes, o processo de trabalho em serviços esgota-se na própria atividade útil e em seus resultados não-materiais. Mas, em certas situações, pode dar lugar a valores de uso objetivos (a chapa impressa, um aparelho de gesso, exemplos já mencionados). No primeiro caso, o trabalho “consome-se sem passar da forma do movimento à do objeto”. No segundo, há um produto que também é consumido, conquanto seja apenas valor de uso imediato, simplesmente materialização de trabalho concreto.

Em conclusão, nos serviços existe processo de trabalho mas não processo de produção de valor, nem de mais-valia. O resultado dos serviços não é algo dotado de maior valor do que os elementos participantes de sua prestação, ao contrário da produção capitalista de mercadorias. A dimensão econômica dos serviços cinge-se à realização do valor de algumas mercadorias: força de trabalho e seus meios técnicos de ação. Essas características justificam o enquadramento dos serviços de consumo no setor mercantil da sociedade, oposto e complementar ao setor que produz mercadorias.

Relações Sociais

À atividade útil dos serviços associa-se um efeito qualquer (real ou presumido) ou um valor de uso objetivo. As características materiais do produto de certos serviços, neste sentido, são enganadoras, se não se consideram as relações sociais que lhe deram origem. Um terno feito sob medida, por alfaiate que trabalha a domicílio, é resultado de um serviço e não uma verdadeira mercadoria, porque contém apenas trabalho concreto, materializado em si. Apesar de ter a mesma aparência exterior e as mesmas propriedades de um terno de fábrica, é um valor para o uso e como tal foi produzido: não representa um exemplar de uma mercadoria destinada à troca e, portanto, não assume a forma de trabalho humano abstrato, que é o regulador da existência econômica dos valores de uso produzidos pela indústria.

O que se apresenta então, como mercadoria na prestação de um serviço?

Apenas a força de trabalho e os meios materiais e técnicos que utiliza. Para se submeter às leis do valor, a força de trabalho do prestador de serviços precisa ela própria se tornar uma mercadoria, cujo valor é dado pelos seus necessários meios de consumo, devendo estes serem produzidos em condições capitalistas, como mercadorias. Se a produção de mercadorias é inexistente ou limitada, os serviços têm preço estabelecido pela tradição:

“No começo, este preço é, sobretudo convencional e tradicional; pouco a pouco se determina economicamente, segundo a oferta e a demanda, e finalmente pelos custos a que se produzem os vendedores de serviços” (19).

Neste particular, não há diferença em relação ao mecanismo de remuneração de qualquer trabalhador, assalariado ou autônomo - todos recebem conforme os custos de produção e reprodução de sua força de trabalho (20). Para o autônomo, este custo é repostado pela soma dos preços das tarefas que executa em dado tempo. Se sua força de trabalho for utilizada para dez tarefas diferentes, durante um dia, cada uma será remunerada com um décimo do equivalente diário de sua produção e manutenção. Em princípio, não importa o fato de o autônomo receber por tarefa e o assalariado ao final do mês.

Todos os serviços submetidos a relações mercantis têm a seguinte característica: são meio de troca para quem presta e valor de uso para outrem. Assalariado ou autônomo, o trabalhador em serviço depende, em sua subsistência individual, da “venda” do valor de uso de sua força de trabalho. Para si mesmo, seu trabalho é um não-valor-de-uso, um simples meio para a aquisição de outras mercadorias, seus artigos de consumo. Entretanto, em algumas formas de serviços (que podemos denominar de não-mercantis), o trabalho é um valor de uso para o próprio prestador, em vez de ser um meio de troca. O prestador de serviço, neste caso, é o próprio usuário ou alguém a este ligado por relações pessoais (esposa, filhos, amigos, etc.), não havendo remuneração do trabalho. Sua finalidade é a reprodução do indivíduo ou de sua família - conservação da higiene doméstica, preparo de refeições, confecção e reparo de roupas, etc. Em relação às famílias operárias, os serviços não-mercantis desempenham um importante papel na diminuição dos custos de reprodução da força de trabalho, sobretudo nas sociedades capitalistas em desenvolvimento, em que o trabalho gratuito da esposa e dos filhos tem esse efeito, na medida em que o chefe do

núcleo familiar é, em geral, o único assalariado. Com a evolução dessas sociedades, outros membros da família são levados a se engajarem no mercado de trabalho e alguns valores de uso, antes produzidos por serviço não-mercantil, no âmbito doméstico, passam a ser comprados na forma de mercadoria (roupas, por exemplo). Para as famílias operárias, há uma diminuição relativa do consumo de serviços não-mercantis que acompanha o desenvolvimento capitalista, apesar de sua magnitude, naturalmente, ser sempre maior que a existente em famílias das classes dominantes, devido às limitações que o capitalismo impõe aos meios de subsistência do trabalhador.

Por outro lado, nas mencionadas circunstâncias, ocorre um fenômeno inverso nas famílias da pequena-burquesia: aumento relativo do consumo de serviços não-mercantis. Nas fases iniciais da acumulação capitalista em contexto de grande desigualdade de renda e de excesso de oferta de força de trabalho, e, em resumo, de mercado capitalista incipiente, força de trabalho de baixa qualificação pode ser facilmente assalariada, inclusive a preços vís, para execução de serviços domésticos. Contudo, essa força de trabalho se faz onerosa, quando se expande à produção capitalista e o mercado de trabalho, ampliado e unificado, encarrega-se de fazer aproximar o custo de produção dos serviços domésticos dos salários do setor produtivo. As funções do empregado doméstico tendem, então, a serem substituídas por serviços não-mercantis das pessoas do núcleo familiar, com base em certos produtos industrializados, que facilitam esse tipo de trabalho (alimentos semi-preparados, máquinas e aparelhos eletrodomésticos diversos). Na sociedade, como um todo, cresce simultaneamente o número de auto-serviços que se verificam nos restaurantes, supermercados, lavanderias, etc. Assim, a despeito de seu caráter não-econômico, tais serviços estão integrados à dinâmica da economia capitalista, que submete incessantemente todos os tipos de trabalho e de relações sociais a seu movimento próprio.

A assistência de saúde também envolve, em maior ou menor amplitude, serviços de cunho não-mercantil. O caso extremo é o da medicina popular. Para o preparo de beberagens, emplastos, talismãs, etc., os recursos curativos e o próprio trabalho muitas vezes permanecem alheios às relações de troca (as variantes urbanas da medicina popular encontram-se, entretanto, parcialmente mercantilizadas). Mas outras formas de organização social das práticas de saúde requerem o auxílio de serviços não-mercantis em complemento aos que fornecem. Mesmo na atenção médica institucionalizada, há uma parcela de trabalho que cabe ao próprio

usuário executar, ou a seus familiares, completando a intervenção dos profissionais. Nunca o usuário se faz presente como simples "matéria-prima" do processo de trabalho em saúde. É também sujeito, que presta informações, segue prescrições médicas, e assim por diante. Ao trabalho de diagnóstico e tratamento, realizado pelo médico ou pela equipe de saúde, o paciente proporciona certos valores de uso indispensáveis, a começar por seu corpo, sem o qual nenhum serviço pode ser prestado. Além de remunerar o trabalho do médico, o paciente, em certo sentido, também lhe presta um serviço. Vê-se, neste ponto, quão apropriada é a série de expressões a que Marx repetidamente faz referência, no intuito de caracterizar os serviços de consumo: "dou para que dê, faço para que faça, dou para que faça, faço para que dê"

A força de trabalho dos prestadores de serviços, em certos casos, é comprada diretamente pelo usuário, para execução das tarefas que vier a indicar. Nesta situação, o usuário adquire o direito a comandar trabalho alheio, para seu consumo pessoal, em geral através do assalariamento, sobretudo na área de serviços domésticos e de baixa qualificação. Outras vezes, a relação que liga o usuário ao prestador de serviço não é a de um empregador, mas de simples cliente, sem direito a comandar trabalho: é o que ocorre perante os profissionais liberais. O cliente de um médico liberal não compra sua força de trabalho, no sentido de poder dispor de sua capacidade e conhecimentos técnicos como uma mercadoria alienada pela troca. De fato, apenas paga pelo seu consumo, conforme seu valor e o tempo que a utilizar. Não assume a propriedade dessa mercadoria, embora se beneficie de seu valor de uso.

Desse modo, em certos tipos de serviços de maior exigência quanto aos aspectos de qualificação, a cessão do valor de uso da força de trabalho não implica na alienação efetiva desta. O mesmo ocorre em relação aos demais valores de uso do processo de trabalho. Ao se submeter a um exame de radiodiagnóstico, um indivíduo usufrui das qualidades da força de trabalho do operador e dos aparelhos que este maneja; contudo, em nenhum momento, adquire a propriedade dessas coisas. Existe circulação de valores de uso e a fórmula M-D-M continua válida para representar a relação econômica subjacente. Mas não há aqui efetiva compra e venda de mercadorias; considerando o relacionamento entre o usuário e o agente do serviço (ou a empresa), o que há é o pagamento pelo consumo realizado. O dinheiro age tão-somente como meio de pagamento, realizando o valor de troca dos elementos do processo de trabalho. Frequentemente, verifica-se primeiro o consumo e depois o pagamento: o preço do serviço é creditado ao usuário. Para haver

este ato de circulação simples, o dinheiro não precisa estar presente como meio de compra, é apenas objeto de um contrato tácito, idealmente referido, inclusive como medida de valor.

No preço dos serviços estão incluídas, em geral, três coisas: 1. custos referentes à manutenção do trabalhador e de sua família; 2. custos de capacitação da força de trabalho, que devem ser amortizados ao longo de sua vida útil; 3. custos de mercadorias e de instalações necessárias à prestação do serviço. Quanto se trata de serviços capitalistas, a estes custos é acrescida uma fração que corresponde ao lucro do empresário, cuja origem será objeto de análise em outro lugar. A soma destes custos e do eventual lucro fornece o preço de produção dos serviços. Se o serviço constituir um meio de subsistência da classe trabalhadora, seu preço de produção, em condições médias, incorpora-se ao valor de sua força de trabalho, coletivamente considerada. Aqui não há criação de valor, mas simples transferência: o valor dos elementos integrantes do processo de prestação do serviço é transferido ao valor da força de trabalho, exatamente como ocorre com outras mercadorias que são meios de consumo da classe trabalhadora.

À medida que evoluem as formações sociais capitalistas, os prestadores de serviço tendem a se tornar assalariados. A transformação do médico liberal em assalariado, por exemplo, é fenômeno bem conhecido.

“Com o desenvolvimento da produção capitalista, diz Marx, todos os serviços se transformam em trabalho assalariado e todos que os executam em trabalhadores assalariados, embora esta característica seja adquirida em comum com os trabalhadores produtivos” (21).

Há duas formas principais de assalariamento do prestador de serviço. Na primeira, a força de trabalho é comprada para usufruto de seu empregador (exemplo já citado: empregados domésticos). Na segunda, compra-se a força de trabalho com o fito de transferir seu valor de uso a outrem, ou seja, para prestar serviços a uma terceira pessoa, sendo que, neste caso, o comprador aparece, em geral, como empresário capitalista.

O patrão ou empresa que assalaria um trabalhador de serviços não realiza um contrato para execução de tarefas determinadas de antemão, ao contrário dos usuários dos serviços de um autônomo. Seu interesse é adquirir o direito a comandar trabalho alheio, para seu uso pessoal, ou para o de terceiros, conforme as necessidades que se apresentarem. Quer comandar trabalho para atender gostos e

costumes ou a demanda de seus clientes. Não se interessa especificamente por determinado valor de uso, ou seja, uma atividade ou tarefa concreta, mas quer sobretudo dispor de força de trabalho como fonte pontencial de valores de uso, que serão exigidos por ocasião do processo de trabalho sob sua direção. Esta é a característica comum às duas modalidades de assalariamento. No resto, elas são bem distintas, pois na primeira o comprador é um usuário, um agente da circulação simples de mercadorias. Na segunda, trata-se de um capitalista, cujo objetivo precípua não é o consumo pessoal da força de trabalho, mas sua incorporação como elemento capaz de valorizar o dinheiro que adiantou em sua compra.

Em todas as circunstâncias em que os serviços de consumo adotam relações capitalistas, a apropriação do valor de uso da força de trabalho reveste características peculiares, distintas daquelas que se verificam na indústria e mesmo nos serviços de produção. Nestes dois casos, o trabalho é consumido diretamente pelo capital, para promover a produção e circulação de mercadorias. O valor de uso do trabalho é cedido ao capital - e à sua personificação, o empresário capitalista. Em contrapartida, nos serviços de consumo o trabalho é valor de uso dirigido ao usuário. Por outras palavras, o trabalhador em serviços de consumo não cede o valor de uso de sua força de trabalho ao capitalista, mas ao usuário, embora nesta operação comporte-se como um fator de enriquecimento do capitalista. Da mesma maneira, o comerciante não consome as mercadorias que compra, porque as compra para vender a outros. No serviço de consumo, o papel do capitalista é justamente este: comprar força de trabalho para repassar seu valor de uso a outrem e, através desta operação mercantil, auferir um lucro. Sob este aspecto, age como intermediário entre o prestador de serviços e o usuário, fazendo circular esta mercadoria especial, a força de trabalho. Esta função que cabe ao empresário de serviços só se distingue da venda de mercadorias pelo comerciante devido a que envolve valores de uso em ação, seu consumo imediato, inseridos num processo de trabalho. Mas, do ponto de vista estritamente econômico, são semelhantes: o comércio e os serviços de consumo situam-se como promotores da circulação de mercadorias. O capital em serviços representa, portanto, uma variedade do capital mercantil.

Ciclo do Capital-Dinheiro em Serviços

A circulação do capital adota genericamente a fórmula $D-M-D'$, em que D' é valor maior que D . Está expresso nesta fórmula qualquer

dispêndio de dinheiro como capital, na indústria, no comércio e, igualmente, nos serviços de consumo. O emprego do dinheiro tem aqui uma finalidade distinta da que se verifica na circulação simples M-D-M, em que M é valor de uso apropriado em forma inerte, como mercadoria, ou em forma ativa, num serviço, constituindo-se no objetivo final do ato de troca. Em M-D-M o dinheiro é um meio capaz de promover a alienação ou a cessão do valor de uso, ao mesmo tempo em que realiza o valor de troca correspondente. Já no ciclo D-M-D, o dinheiro, representando a universalidade do valor de troca, é o alvo do processo, mas como valor acrescido, porque, consoante a genial definição de Marx, o capital é valor que continuamente se expande.

Na indústria, o processo de circulação do capital-dinheiro inicia-se pela troca entre D e M, sendo este último composto de força de trabalho (FT) e meios de produção (MP). Ao se combinarem como elementos do capital produtivo (... P...), no próprio processo de produção, dão origem a M', mercadoria dotada de maior valor que M. O ciclo do capital-dinheiro explicita-se da seguinte maneira: D-M(FT+MP) ... P ... M'-D'. O produto é M', que contém maior valor que a soma dos elementos FT e MP, na medida em que a força de trabalho, posta em ação, reproduz seu salário acrescido de mais-valia. Assim, é característico da indústria a capacidade de promover a transformação de M em M'. Em contraposição, os serviços não passam por um momento em que M possa se converter em M', visto que são incapazes de criar valor novo, diferente daquele que, preexiste em seus elementos iniciais, força de trabalho e meios técnicos de ação. Mesmo se submetidos a relações capitalistas, os empregados em serviços de consumo proporcionam uma atividade que não adota a forma abstrata do trabalho materializado: é consumida como trabalho vivo, por sua ação ou efeito, ou também pela propriedade de originar objetos úteis, destinados imediatamente ao uso privado, sendo, portanto, não-mercantis. Não existe valorização do agregado de mercadorias M, porque não há verdadeira produção, no sentido de criação de mais-valia.

Apesar de não haver, nos serviços, capital produtivo, posto em ação para gerar mais-valia, o valor de M precisa ser repostado e excedido através de D', visto que, de outra maneira, o capital-dinheiro, investido neste setor econômico, não proporcionaria lucro, o que seria um contra-senso dentro da lógica capitalista. O consumo da força de trabalho e de outras mercadorias participantes da prestação do serviço não cria valor adicional, mas o capital-dinheiro adiantado na compra de M sempre se valoriza, passa à forma D'. Ora, a valorização de qualquer capital, em condições usuais, pressupõe

apropriação de mais-valia. Se esta não é gerada através do processo de trabalho na empresa de serviços, deve ter uma origem externa. De onde ela provém é assunto do qual trataremos adiante. Em princípio, essa valorização obedece à taxa de lucro média, prevalente em dado momento, em incidência sobre a totalidade do capital adiantado.

Para representar o ciclo do capital-dinheiro em serviços, adotamos a seguinte fórmula: $D-M (FT + MT) \dots D'$. Os três pontos sugerem a apropriação dos valores de uso do agregado M . É o equivalente de P , na indústria, mas como não se trata de capital produtivo, nem de processo de produção, mas de simples consumo privado, e, portanto de um momento realmente não-econômico, preferimos expressá-lo mediante reticências. Por este mesmo motivo, utilizamos o signo MT , significando meios de trabalho, em substituição a MP , meios de produção. Ao nos referirmos a esses componentes de M , no que se segue, empregaremos a expressão sintética força e meios de trabalho.

Com o fito de melhor explicitar as idéias já expostas, analisaremos brevemente as fases que marcam o ciclo do capital-dinheiro, na indústria, por um lado, e nos serviços, por outro. Vejamos inicialmente as três fases pelas quais passa o capital industrial. A fórmula global é $M-D (FT + MP) \dots P \dots M'-D'$.

1. O capitalista compra, no mercado, a força de trabalho e os meios de produção de que precisa, convertendo D em $M(FT + MP)$, elementos que serão integrados em seguida ao processo de produção. Esta é uma troca entre equivalentes que, tomada isoladamente, não se distingue de um ato da circulação simples.

2. No âmbito da fábrica, a força de trabalho se converte em capital variável e se combina tecnicamente com os meios de produção, capital constante. Ocorre então o consumo produtivo de FT e MP - o trabalhador reproduz nas mercadorias fabricadas o valor de sua força de trabalho, agregando, ademais, uma porção de valor correspondente à mais-valia, tempo de trabalho excedente. Ao encerrar-se o processo de produção, que se dá às custas desta conversão de M em P , aparece M' , que pode ser decomposto em M e m , sendo este último o signo da Mais-Valia.

3. Com a circulação de M' e a realização de seu valor de troca, ressurge o dinheiro na extremidade da cadeia, mas como capital-dinheiro valorizado, D' . Este compõe-se do D inicial mais ΔD , que é a expressão monetária da mais-valia.

Examinemos agora os correspondentes estágios da prestação de serviços sob relações capitalistas.

1. O capitalista de serviços, da mesma maneira, adquire, no mercado, a força e os meios de trabalho necessários a sua empresa. As particularidades desta compra, quanto à questão do valor, serão abordadas posteriormente, em relação com as empresas de saúde e os mecanismos pelos quais auferem lucro.

2. O valor de uso de M transfere-se ao consumidor, ativado por um processo de trabalho. Pode ser que a natureza dos serviços exija a presença da personalidade viva do consumidor, que se submete ao processo de trabalho como se fora seu "objeto"; é o que ocorre num hospital ou numa barbearia. Outras vezes, o serviço é executado sobre alguma coisa de uso pessoal, como nas oficinas de conserto de automóveis ou de eletrodomésticos. Em qualquer caso, M se consome privadamente: estes 'objetos' de trabalho não são eles próprios capital, o objetivo da empresa não é valorizá-los como capital-mercadoria. Portanto, não há transição a M', a força de trabalho não acrescenta aos meios de produção maior valor que o representado por seu salário. O valor intrínseco a M mantém-se constante ao longo de todo o processo. As mercadorias deste agregado simplesmente são repassadas a alguém, que se beneficia de seu valor de uso. Sendo assim, tanto FT quanto MT constituem capital constante, por terem valor invariável; este valor pode ser destruído pelo consumo ou transferido a outra mercadoria.

3. O consumidor paga por M(FT + MT) um preço acima daquele pelo qual o capitalista os comprou. M é vendido por D', numa aparente ruptura da lei do valor. Esta é a questão-chave dos serviços em empresas capitalistas, mas não a analisaremos por ora. Basta registrar que a diferença entre M e D' decorre da co-participação no capital global da sociedade e de mecanismos que regulam a redistribuição da mais-valia total entre os múltiplos ramos da produção/circulação de mercadorias, segundo a magnitude do capital investido. Em M está expresso apenas o preço de custo de FT e MT, tomados em conjunto. O verdadeiro preço da venda é M': o valor de M é acrescido às custas da mais-valia gerada extrinsecamente, seja porque o capitalista o adquiriu abaixo de seu valor real, seja porque incorpora uma porção de valor advinda de outros setores da produção social. Na medida em que M se converte em capital, proporciona, ao ser revendido ao consumidor do serviço, um lucro para o qual contribui o pool da mais-valia de toda a sociedade. Tudo ocorre como se houvesse uma efetiva troca entre M' e D'. Desta maneira, D' deve

realizar o valor de troca de M enquanto capital, por outras palavras, deve realizar seu preço de produção, igual a um M' oculto, que é a soma do preço de custo de FT e MT acrescido do lucro correspondente. Assim, optativamente, a fórmula do ciclo do capital-dinheiro em serviços pode ser reescrita como se segue: $D - M(FT + MT) \dots (M') - D'$.

Em todas essas operações, o capital em serviços de consumo obedece às mesmas regras econômicas que regulam o capital comercial. Compra mercadorias para vendê-las com lucro. O capital valoriza-se nos atos de compra e de venda às expensas da mais-valia gerada externamente à empresa. Peculiar aos serviços é o repasse de valores de uso em ação, enquanto o comércio entrega mercadorias inertes, a serem consumidas posteriormente. O comércio veicula valores de uso passivos, que permanecem como tais até o momento de sua ativação no âmbito do consumo privado ou produtivo. Não faz dessas mercadorias meios ou objetos de trabalho. O trabalho do comerciário não é valor de uso para o consumo privado, mas para a circulação de mercadorias, como massa inativa. Só é útil em função de outras coisas, que o consumidor retira da circulação e leva à esfera onde seu valor de uso será finalmente realizado. Por outro lado, nos serviços de consumo ou serviços propriamente ditos, o trabalho é o valor de uso fundamental, por si mesmo. Aqui também circulam mercadorias, mas estas não são alienadas como objetos inertes. Tornam-se úteis através da mediação do trabalho. A utilidade das coisas define-se em função do trabalho, ao contrário do que se dá no comércio. Num hospital, de nada adianta entregar os instrumentos e apetrechos cirúrgicos a um paciente que deve ser operado, como se fosse um ato de simples comercialização dessas mercadorias. Ora, o paciente está justamente interessado em encontrar quem saiba manejá-los em forma útil ao tratamento de sua doença - e esta é a especificidade dos serviços que procura: trabalho vivo dotado das propriedades adequadas para ativar esses meios de intervenção cirúrgica. Como todo trabalho orientado a um tal fim, espera-se do serviço à capacidade de "apoderar-se dessas coisas, de arrancá-las de sua inércia, de transformá-las de valores de uso possíveis em valores de uso reais e efetivos" (22).

O serviço significa a própria realização dos valores de uso através de alguém que, para tanto, negocia com sua força de trabalho, emprestando suas propriedades a um consumidor privado. Nas empresas capitalistas, o prestador do serviço é, em geral, um assalariado. Convém enfatizar novamente que o capitalista que o emprega não é consumidor direto de seu trabalho. O capitalista vende a utilização dessa força de trabalho, juntamente com outras

mercadorias que são seus meios técnicos de ação e objetos de intervenção. Estes valores de uso são repassados através de um processo de trabalho que os consome integralmente ou os põe em condição de serem consumidos. Por exemplo, o consumo total ocorre em relação aos reagentes químicos num exame laboratorial; e a “condição de ser consumido”, numa cirurgia para colocação de marca-passo cardíaco.

Pelo aspecto dos valores de uso, submetidos a uma dinâmica de trabalho, as empresas de serviço assemelham-se às indústrias, e isto pode acarretar muitos equívocos em sua análise propriamente econômica. É que aqui o processo de trabalho limita-se a realizar valores, por outras palavras, restringe a sua circulação ou distribuição, pelo que, de fato, os serviços se caracterizam como parte do setor mercantil da sociedade. O capital em serviços é apenas uma variedade do capital mercantil, marcado por uma atividade específica de comercialização do valor de uso da força de trabalho.

Vale observar que algumas atividades capitalistas, podem assumir características de indústria e de serviço, a depender das relações sociais que estabelecem. É o caso das empresas de transporte. Quando transportam mercadorias, partindo das indústrias, essas empresas desenvolvem uma parte do processo de produção que se prolonga na circulação. Trata-se, portanto, de uma atividade industrial. O deslocamento espacial é o efeito útil desse transporte de mercadorias, que nelas se traduz como trabalho humano abstrato. É produzido para ser trocado na forma concreta das mercadorias, sendo, portanto, trabalho capaz de valorizá-las:

“... o valor de troca desse efeito útil é determinado, como o de qualquer mercadoria, pelo valor dos elementos de produção (força de trabalho e meios de produção) consumidos para obtê-lo mais a mais-valia gerada pelos trabalhadores empregados na indústria de transporte” (23).

Mas o transporte de pessoas tem o papel econômico de um serviço. Para as pessoas que a usufruem, a atividade de transporte é um artigo de consumo. O valor dos elementos de produção é pago, junto com o lucro que lhe corresponde como serviço capitalista. Aqui, novamente, há apenas realização de valores preexistentes, um momento da circulação simples de mercadorias, do ponto de vista do consumidor. A diferença reside na impossibilidade de o trabalho materializar-se como valor novo. A análise de Marx sobre as companhias de transporte, no segundo livro de *O Capital*, é um pouco imprecisa a esse respeito, mas ele parece ter notado a diferença

entre o transporte como indústria e como serviço ao sublinhar o seguinte: “se é consumido individualmente, seu valor desaparece com o consumo: se produtivamente, sendo um estágio de produção da mercadoria que se transporta, seu valor se transfere à mercadoria como valor adicional” (24).

Também há trabalho excedente nos serviços de transporte de pessoas, mas apenas enquanto trabalho vivo, carente de objetos em que possa se encarnar como valor excedente. Numa empresa de ônibus, uma parte da jornada de trabalho de seus empregados reproduz, em termos mercantis, o salário e outra, o lucro do empresário, com base na apropriação da mais-valia social. A reprodução dos componentes do capital e do lucro, correspondendo ao preço de produção do serviço, faz-se através da troca e não da produção de valor. Mas a troca só se efetua se houver processo de trabalho. Um ônibus sem motorista perde toda sua utilidade para seus usuários e não aporta qualquer lucro a seu proprietário, obviamente. Assim, em serviços de tipo capitalista pode existir sobretrabalho, do qual não resulta criação de mais-valia. Estes aspectos serão tratados com mais detalhes quando nos referirmos à origem do lucro das empresas de saúde.

Em geral, as empresas de serviço têm por característica conduzirem à esfera do consumo privado a combinação técnica entre uma atividade útil e certos meios e objetos de trabalho, que também circulam como mercadorias. O que o consumidor requer dos serviços são as habilidades e os conhecimentos necessários ao uso adequado desses meios e objetos. Por isto, dissemos que tais mercadorias não podem chegar inertes a suas mãos. Se alguém leva seu carro para conserto numa oficina mecânica é porque não dispõe dos conhecimentos e habilidades indispensáveis a fazê-lo, exigindo para esta tarefa, a mediação do trabalho de outrem, capaz de repor peças, ajustar o motor, etc. Esta é a especificidade da oficina face ao comércio de auto-peças. Em certas circunstâncias, o consumidor está capacitado a prestar a si mesmo o serviço, como trabalho não-mercantil, com o auxílio de determinados valores de uso comprados no comércio: faz a barba em casa e não na barbearia, escolhe e toma remédios independentemente da receita médica etc.

Do ponto de vista do conjunto da economia capitalista, a troca D-M(FT + MT), que inicia o ciclo do capital-dinheiro nos serviços é o momento mais importante. Não devido à compra da força de trabalho, que é elemento auto-reprodutivo e geralmente abundante no mercado, mas precipuamente em função da compra dos meios de trabalho, que provêm dos setores industriais em forma de

mercadorias. Neste ponto, o capital mercantil dos serviços defronta-se com o capital industrial como seu parceiro especializado na circulação de mercadorias. O capitalista dos serviços adianta dinheiro ao da indústria e o decisivo é que essa transação se faz numa escala que permite ao industrial recuperar o capital avançado, para dar início a novo ciclo produtivo. D-M representa, para o grande capital envolvido na indústria, o final de sua circulação, com a concomitante realização da mais-valia que lhe cabe no processo. Mas para o capital dos serviços, a circulação só se completa com M-D', na relação com sua clientela. A venda M-D' dirige-se ao consumidor, atendendo o interesse que este manifesta por certos valores de uso, ao passo que a compra D-M é uma transação entre capitais, cujo móvel está constituído pelo valor de troca, na medida em que cada capital procura a sua própria valorização. De qualquer forma o capital em serviços - assim como o comercial - se subordina à dinâmica do capital industrial e contribui à acumulação que se realiza neste setor.

II - A Organização Capitalista dos Serviços de Saúde

Componentes do Capital

O ciclo do capital-dinheiro em serviços de saúde é descrita igualmente pela fórmula geral $D-M(FT + MT) \dots D'$. No primeiro momento, o dinheiro é despendido para comprar, de um lado, a força de trabalho (do médico, enfermeiro, atendente, etc.), de outro, os meios de trabalho (instalações, equipamentos de diagnóstico, medicamentos, etc.). A empresa transforma FT e MT em componentes de seu capital, cujo valor de uso é repassado a seus clientes por intermédio de um processo de trabalho, no âmbito de uma enfermagem, de um consultório, de uma sala de operações cirúrgicas, etc. Este processo de trabalho constitui o "serviço" propriamente dito e se traduz economicamente como consumo privado, conseqüente a uma troca simples que realiza o valor de FT e MT como D'. O empresário de saúde funciona como promotor da circulação simples dessas espécies de mercadoria. Seu objetivo não é a valorização imediata de M, não é a criação de novas mercadorias cujo valor ultrapasse o da soma de FT e MT, mas a realização mercantil desses valores em função do consumo de seu valor de uso. Entretanto, havendo sido incorporados como elementos de seu capital, o que lhe é pago por essas mercadorias excede ao valor pelo qual as comprou. O preço de produção (ou de venda) de $M(FT + MT)$ é sempre maior que seu preço de custo, resultando a diferença não da geração de valor pelo próprio trabalho em saúde, mas de uma

dedução da mais-valia social. Essas empresas têm, portanto, expressão econômica restrita à circulação de valores, na forma de força e meios de trabalho.

Em circunstâncias especiais, o processo de trabalho em serviços de saúde desemboca na produção de certos objetos, os quais não constituem verdadeiras mercadorias, na medida em que são produzidos diretamente para o uso. Neste sentido, um aparelho de gesso, elaborado para imobilização de um membro fraturado, é um valor de uso imediato, contendo apenas trabalho concreto. Na melhor da hipótese, são valores potenciais, mas não valores efetivos. Sabe-se que a substância do valor - o trabalho abstrato - institui-se sobre um sistema regular de troca, no qual se confrontam as mercadorias como produtos de diferentes tipos de trabalho. O valor é uma dimensão meramente quantitativa, expressa a média social do tempo de trabalho necessário a produzir alguma coisa útil, média reguladora das proporções em uma mercadoria pode ser permutada por outra. Mas nem tudo que é resultado do trabalho deve ser tomado como mercadoria, embora seja útil para este ou aquele fim e contribua, em maior ou menor medida, para a reprodução da sociedade. É o que ocorre com os "produtos" dos serviços de saúde. A prestação do serviço relacionado com a saúde individual e tudo que dele deriva como seu resultado material situam-se no âmbito do consumo privado. O serviço e seus produtos interessam à análise econômica apenas na medida em que, sendo uma forma determinada de consumo, pressupõem, sob relações capitalistas, a realização do valor de troca dos elementos força e meios de trabalho, por outras palavras, sua circulação. São esses elementos que entram no jogo do mercado e não seus "produtos" eventuais, que materializam em si tão-somente trabalho concreto.

Nas empresas capitalistas de serviços de saúde, a força e os meios de trabalho combinam-se de diferentes maneiras, em suas várias seções, das quais as mais importantes são as seguintes: 1. cuidado direto (nas enfermarias, ambulatório, CTI, etc.); 2. serviços auxiliares (laboratórios, Raios X, etc.); 3. hotelaria (instalações, cozinha, lavanderia, etc.); 4. serviços administrativos.

Em cada uma dessas seções existe determinada composição técnica do capital. Consome-se, em cada unidade de serviço, uma dada quantidade de FT e MT, sendo a primeira medida pelo tempo de trabalho e o segundo por número unitário, se for circulante, e pela proporção do desgaste, se for fixo. Nas seções em que os serviços não são consumidos diretamente pelo usuário, como na

administração, o valor de FT e MT é transposto numa parte alíquota do preço dos serviços diretos.

Por analogia com a indústria, pode-se denominar de capital variável à força de trabalho empregada em serviços de saúde. Entretanto, rigorosamente, esta classificação é inadequada neste caso, visto que a força de trabalho é incapaz de adicionar valor maior que aquele pelo qual o empresário a comprou. Assim, cede apenas o valor que contém, à semelhança dos meios de trabalho que manipula. Em certo sentido, é também capital constante, capital-mercadoria posto a circular, cujo valor mantém-se invariável ao longo do processo de trabalho. Mas devido sua concisão e, na falta de outro melhor, usaremos, ocasionalmente, o termo capital variável, para designar a força de trabalho, sem pretender atribuir-lhe implicações conceituais.

Analisaremos, em seguida, isoladamente, esses dois elementos, FT e MT, enquanto componentes do capital em serviços de saúde.

Suporemos ser a força de trabalho constituída exclusivamente de assalariados. São trabalhadores que recorrem ao capitalista para que este cumpra o papel de mediador na transferência, aos usuários, do valor de uso de sua capacidade de trabalho. Pelo ato D-M, FT torna-se disponível como parte do capital. A empresa vende o valor de uso de FT, por tempo determinado, para execução de certas tarefas, em favor do usuário que demanda seus serviços. Na compra dos serviços, o usuário gasta seu dinheiro na qualidade de agente do ciclo M-D-M, adquirindo um artigo de consumo como outro qualquer. Usufrui do valor de uso da força de trabalho do médico, enfermeiro, etc. sem se converter em seu proprietário ou em capitalista. Algo semelhante se dá com o consumo do capital fixo (instalações, aparelhos, etc.): seu valor de uso é transferido ao usuário durante determinado período de tempo, embora seja propriedade da empresa.

O valor diário da força de trabalho deve ser repostado pela soma dos preços de produção dos serviços de que participa. Deixando de lado o problema do lucro do empresário, podemos dizer que os usuários remuneram a força de trabalho de acordo com a fração de tempo que cada unidade de serviço representa da jornada média de trabalho. Isto significa que, se o valor diário do agregado de força de trabalho é de mil cruzeiros e se o usuário consumiu seus serviços durante um quarto da jornada média de trabalho, pagará 250 cruzeiros, como remuneração referente a FT.

No aspecto da força de trabalho, o preço de produção dos serviços depende:

1. do valor diário da força de trabalho em seu conjunto, consistindo dos meios de consumo necessários a reproduzi-la e do reembolso pelos custos de capacitação;
2. da média social de duração da jornada de trabalho de cada categoria de trabalhador assalariado;
3. do tempo de utilização da FT na prestação do serviço.

O valor diário da força de trabalho constitui referencial absoluto no estabelecimento do preço de produção do serviço, visto que a soma do preço de produção de todos os serviços prestados durante um dia deve reproduzi-lo integralmente. *Ceteris paribus*, o preço de produção de um serviço de dada duração varia na razão inversa do número de horas da jornada média de trabalho. Uma hora de serviços de médico valerá mais quanto menor for a jornada de trabalho desta categoria. Da mesma maneira, na indústria, se diminui a jornada média, o tempo de trabalho necessário a reproduzir o salário aumenta em relação ao tempo total de trabalho. Digamos que o valor diário da força de trabalho do médico seja de um mil cruzeiros. Se 8 horas for o tempo de duração média da jornada de trabalho dos médicos assalariados, uma hora de trabalho médico deverá ser vendida a 125 cruzeiros para que sejam repostos os custos diários de sua produção e reprodução. Caso a jornada média caia para 7 horas, torna-se necessário vender cada hora de serviço a cerca de 143 cruzeiros. Como fizemos abstração do lucro, este valor representa apenas o preço de custo da FT. No preço de produção está incluída ademais uma parte que recompensa o dinheiro empregado na compra de FT como capital variável, que é igual ao produto deste capital pela taxa média de lucro.

Em geral, um agregado de serviços de saúde - uma apendicectomia, por exemplo - requer trabalho de diferentes níveis de qualificação. Os custos das FT são igualmente distintos, o que inevitavelmente se reflete sobre os preços de produção. Uma hora de trabalho do médico vale mais que uma hora da atendente, na medida em que a produção (ou capacitação) e a manutenção da FT do médico exigem custos maiores. A diferença entre essas duas forças de trabalho, quanto ao aspecto do valor, é semelhante à que se estabelece entre duas máquinas industriais de idêntica vida útil, mas de custos distintos. Se, nestas condições, a máquina A custa cem mil cruzeiros, e a B oitocentos mil, uma hora de funcionamento da máquina B, em

princípio, transfere a seu produto uma quantidade de valor oito vezes maior: esta transferência acompanha o consumo do valor de uso desse capital fixo. Traçar tal paralelo com o capital fixo industrial justifica-se pela forma *sui generis* em que ocorre a utilização da FT em serviços. É que inexistindo geração de novo valor, seu consumo equivale a uma simples cessão de valor preexistente. Não se aplica aqui a distinção entre trabalho simples e trabalho potenciado. A força de trabalho de alta qualificação tem um valor de uso diferenciado, porque envolve maiores conhecimentos e habilidades. Mas, não ocorrendo à passagem do trabalho concreto a trabalho abstrato, deixam de existir as diferenças quantitativas que separam o trabalho simples do trabalho potenciado, em termos de geração de valor novo. As implicações do nível de qualificação da FT restringem-se ao valor da própria FT, ou seja, ao trabalho abstrato nela materializado, como numa mercadoria qualquer. Assim, a FT do médico "cede" maior valor em uma hora de serviço justamente porque é uma mercadoria mais cara que a FT da atendente. Avançando ainda mais no plano das analogias, podemos dizer que seu "desgaste", conseqüente ao consumo de seu valor de uso, faz-se acompanhar de uma perda maior de valor, o que deverá ter uma correspondência na expressão monetária dessa hora de serviço. Por outro lado, o preço do serviço é proporcional ao tempo de utilização da FT, não porque duas horas de trabalho geram mais valor que uma hora, mas porque, durante esse tempo, o consumo do valor diário da FT é proporcionalmente maior.

Todas essas propriedades da FT em serviços resultam de ela ser uma mercadoria "em ação" para o consumo privado. O trabalho está presente em formas concretas e particulares: são as tarefas do médico, do enfermeiro, do atendente, etc. Não há reprodução do valor da FT num produto, acompanhado de um excedente, mas apenas realização e consumo do valor inerente à própria FT - daí a semelhança com as outras espécies de mercadoria.

Outra importante conseqüência diz respeito às relações de exploração. O trabalhador em saúde - e em qualquer serviço de consumo - não é explorado pelo fato de produzir diretamente mais-valia, mas porque possibilita, com seu trabalho, a participação do capitalista na mais-valia social. O médico assalariado, se trabalhasse por conta própria, com um pequeno capital de profissional liberal, receberia por seus serviços, o correspondente ao valor de sua força de trabalho, acrescido de um lucro que ele mesmo embolsaria. Mas, ao trabalhador, numa empresa como assalariado, durante um mesmo período de tempo recebe apenas o equivalente de sua FT. É através de seu trabalho que o capital satisfaz a demanda de seus clientes e através dele é que pode, por conseguinte, auferir lucro. Sobre as

relações sociais a que estão submetidos os trabalhadores em serviços de consumo, Nicos Poulantzas observa que:

“De fato, esses agentes intervêm aqui na repartição da mais-valia no seio do capital, dando lugar a transferências da mais-valia saída do capital produtivo, em favor do capital que se apropria de sua força de trabalho: sua exploração se assemelha assim àquela que sofrem os assalariados da esfera de circulação de capital” (28).

O lucro das empresas de serviços de saúde é assegurado pelo princípio de que todo dispêndio de dinheiro como capital deve ser remunerado em proporção com a taxa média de lucro vigente. Mas o lucro não poderia advir, se a FT não trabalhasse, não prestasse seus serviços, se se comportasse como mercadoria inerte. Para haver transferência de mais-valia, a FT deve proporcionar seu valor de uso específico, porque as outras mercadorias (medicamentos, aparelhos, etc.) deixam de ser úteis e não interessam aos clientes da empresa, quando não estão submetidos à direção técnica do profissional de saúde. O trabalho é meio de realização de mais-valia que remunera a totalidade do capital, tanto em relação à parte variável quanto à constante.

Assim, há apropriação de sobretrabalho, a despeito de inexistir produção de mais-valia. Durante uma fração da jornada, o que é pago pela utilização da FT repõe seus custos de produção e reprodução, enquanto, na fração restante, proporciona trabalho gratuito. O sobretrabalho corresponde à parte da jornada durante a qual o empregado, através de sua atividade, e, portanto, de seu suor, transfere a mais-valia que remunera o capital adiantado em sua compra. Por outro lado, todo seu trabalho tem utilidade para a realização da mais-valia concernente ao capital constante, embora esta utilidade seja inerente ao valor de uso da FT em serviços e não necessite de uma fração específica da jornada de trabalho para se expressar. Retomemos um exemplo antes mencionado: se um mil cruzeiros representam o preço de custo diário da FT dos médicos assalariados, para uma jornada de oito horas de trabalho, e se o empresário vende os serviços desta FT em média por um mil e trezentos cruzeiros diariamente, obtendo um lucro de 30%, conclui-se que durante 2,4 horas da jornada total a FT fornece trabalho não-pago. Dado esse preço de produção (mil e trezentos cruzeiros), o tempo de trabalho necessário a repor o salário equivale a 5,6 horas. Esta mesma proporção se mantém para cada unidade de serviço, a qual pode ser desdobrada em frações de trabalho necessário e excedente.

Além disso, pode ocorrer de a remuneração do conjunto da força de trabalho situar-se abaixo de seu valor real, de tal forma que parte do lucro obtido pela empresa tem origem numa dedução sobre o valor da FT, ou seja, na diferença entre seu preço de custo individual e seu preço de custo social. As circunstâncias em que este fenômeno se verifica e sua exata extensão serão examinadas noutra lugar.

No que se refere ao processo de trabalho, a prestação de serviços de saúde em moldes capitalistas destaca-se por seu caráter coletivo, oposto ao da medicina liberal clássica. As forças produtivas do trabalho são coletivizadas e delas se consegue um maior rendimento através da distribuição das tarefas entre várias categorias profissionais. Entretanto, a socialização do trabalho e sua correspondente divisão técnica foi desenvolvida e aperfeiçoada por outras formas de organização dos serviços de saúde, através da experiência dos hospitais beneficentes, estatais, etc., que do ponto de vista histórico antecedem a introdução de relações capitalistas nesta área. Não são, portanto, uma prerrogativa desse tipo de prestação de serviço, embora desempenhe aí uma função específica como instrumento de valorização do capital.

Nesse organismo coletivo de trabalho, o médico inscreve-se como agente principal, no sentido de que a qualificação de sua força de trabalho constitui o mais importante atrativo para o usuário da empresa. Pressupomos até este momento que ele é um assalariado como os demais trabalhadores. Algumas vezes, contudo, mesmo incorporado ao processo coletivo de trabalho no seio da empresa, o médico pode atuar como trabalhador autônomo, recebendo diretamente de seus pacientes por serviço prestado, enquanto só os profissionais subalternos são verdadeiros assalariados. Trata-se de um profissional que leva seus pacientes ao hospital, para tratamento clínico ou cirúrgico, funcionando como empresário de sua FT. É um liberal em transição, pois apesar de conservar sua autonomia, em termos de relação de trabalho, depende, entretanto, na prestação de seu serviço, de trabalho e capital alheio. O que ganha é equivalente do valor de sua FT junto com um lucro sobre sua utilização; embolsa a totalidade do preço de produção de sua FT.

Nessa mesma situação, pode ocorrer que o médico, pelo fato de carrear grande número de usuários à empresa, assuma o papel formal de "sócio", embora não tenha investido dinheiro no negócio; ser "sócio" significa apenas que adquire o direito a participar do lucro da empresa, porque são seu renome e trabalho especializado que fazem afluir clientes. Comporta-se como um capitalista, intermediário entre a empresa e os consumidores dos serviços de saúde. Na

remuneração dos serviços que esse médico presta entra uma porção de lucro que corresponde ao trabalho de toda a equipe. Assim, além de ser empresário de si mesmo, submete os demais empregados a um trabalho cujo lucro reparte com o real proprietário da empresa.

Essas variedades de vínculos entre o médico e a empresa não devem ser confundidas com o tradicional “recebimento por unidade de serviço” dependente de contratos com entidades de Seguro Social. A diferença está em que o preço da unidade de serviço, neste caso, pode corresponder estritamente ao valor de sua FT, sem proporcionar qualquer lucro. A soma dos preços das unidades de serviço representa, nestas circunstâncias, o valor da FT do médico ou algo mais que isso, mas exclusivamente pelo fato de ele trabalhar mais intensa e extensamente que a média de seus colegas que têm remuneração fixa. É um assalariado, cuja situação se encontra disfarçada pela forma de remuneração, tal qual ocorre com o operário que recebe por peça fabricada, que Marx demonstra ter estatuto exatamente igual ao de qualquer assalariado. Para o capitalista de serviços de saúde, o pagamento por unidade de serviço tem a utilidade de provocar um aceleração ou prolongamento do trabalho, através da proliferação indiscriminada de atos médicos, muitos dos quais são supérfluos. O médico pode ter uma remuneração mais alta que a média, mas em função do ritmo mais acelerado de trabalho ou devido ao prolongamento da jornada. O efeito final, almejado pelo empresário, manifestar-se-á numa mais rápida rotação de seu capital e, portanto, no lucro suplementar que assim consegue auferir.

A condição do médico é sempre diferenciada em relação à dos empregados subalternos, que constituem o verdadeiro proletariado dos serviços de saúde. Mesmo quando recebe uma remuneração fixa, na forma de salário, ele eventualmente mantém negócio próprio, em outras horas. Por outro lado, pode estar sujeito a um assalariamento integral, mas tem sempre a possibilidade de vir a constituir, com a venda de sua força de trabalho, um pequeno capital capaz de levá-lo a instalação de clínica particular. Há uma ampla gama de possíveis formas de vinculação entre o médico e seu mercado de trabalho que inexistem para os atendentes e demais trabalhadores subalternos (26). Estes constituem a grande massa explorada, sem ilusões de se tornar proprietária de suas condições de trabalho.

Dissemos que o capital-mercadoria, nos serviços de saúde, compõem-se de força e meios de trabalho. Convém notar, entretanto, que a ativação do valor de uso dos meios de trabalho depende essencialmente da capacidade, destreza e conhecimento dos

trabalhadores que os manejam. No comércio, basta alienar a mercadoria em favor do comprador para que esteja encerrada a operação mercantil; seu destino não diz respeito ao capital comercial nem a seus trabalhadores. É que a mercadoria vendida não se converte em meio de trabalho utilizada pela empresa comercial, ao contrário do que ocorre nos serviços. Deve-se entender por “serviço” a ação útil desenvolvida em conjunto pela FT e pelos MT, sob o comando técnico daquela, pois compete ao trabalho arrancar os valores de uso de sua inércia natural.

Os meios de trabalho dos serviços de saúde classificam-se em duas grandes categorias:

- a) fixos - prédios, instalações, leitos, instrumentos de diagnóstico como aparelhos de raios x, etc.
- b) circulantes - medicamentos, soros, vacinas, reagentes químicos, alimentos, etc.

Alguns desses elementos são vitais ao processo de trabalho, enquanto outros são apenas acessórios. Os meios de trabalho fixos definem-se pela maneira em que seu valor é repostado - uma fração de seu custo transfere-se ao preço de produção da unidade de serviço, correspondendo a desgaste e obsolescência com o decorrer do tempo. A soma dos preços de produção dos serviços deve reproduzir seu valor acrescido de um lucro concernente a seu emprego como capital. O valor de uso do MT fixo é durável, não desaparece em virtude do consumo de cada unidade de serviço. Em síntese, permanece sempre preso à esfera da circulação de mercadorias, à disposição para novos atos de consumo. Os meios de trabalho circulantes, por outro lado, cedem integralmente seu valor de troca, que se incorpora ao preço de produção da unidade de serviço de que participa. Ademais, seu valor de uso é consumido inteiramente por ocasião da prestação do serviço.

Do ponto de vista do conjunto do capital da sociedade, esses elementos do capital em serviços de saúde, fixos ou circulantes, nada mais representam que meios de consumo. Não sendo utilizados como mercadorias criadoras de novas mercadorias, mas destinando-se exclusivamente ao consumo direto por parte dos usuários, não se deve considerá-los “meios de produção” e por isto mesmo evitamos denominá-los assim. Embora ajam como meios de trabalho, sua função econômica é a de mercadorias voltadas para o consumo privado e esta particularidade tem importância sobretudo quando se analisa a reprodução simples ou ampliada da economia capitalista.

Com efeito se se divide essa economia em um setor que produz bens de produção e outro que produz bens de consumo, a indústria de medicamentos e de equipamentos de saúde deve ser enquadrada neste último. Enquanto valores de uso, os MT funcionam tal qual os meios de produção, integrando-se a um processo de trabalho como sua base técnica e material. Mas no que se refere ao problema do valor e das relações de troca entre os setores econômicos, seu papel é de meios de consumo.

Relações com a Indústria de Insumos

A revenda dos MT aos usuários, mediada ou não por uma agência securitária, faz-se com certo lucro, naturalmente, visto que se trata de um investimento de capital. Teoricamente, eles já contêm em si uma dada porção de mais-valia, porque foram produzidos em condições capitalistas, pelo setor industrial. Esta mais-valia é repartida entre o capitalista industrial e o de serviços através de certos mecanismos reguladores de que trataremos adiante. Se supomos que o preço de produção dos MT é igual ao seu valor real, isto é, que estas mercadorias são produzidas em condições idênticas à da média social, duas conseqüências teóricas devem ser consideradas: 1. os MT são comprados abaixo de seu valor real pela empresa de serviços, mas acima de seu preço de custo para o capital industrial, de tal forma que esta compra realiza parte da mais-valia neles contida, de acordo com a taxa média de lucro; 2. o empresário de serviços de saúde apodera-se da porção complementar da mais-valia, realizada na relação com sua clientela.

Entretanto, esse esquema implica em que o total da mais-valia realizada em conjunto pelos setores industriais e de serviços de saúde seja igual àquele que foi incorporado ao MT no seu processo de produção. Isto pressupõe, por sua vez, que a composição orgânica do capital industrial produtor dos MT seja equivalente a média social. Estas condições, na prática, dificilmente se verificam, principalmente porque os ramos de produção de insumos de saúde (de MT) caracterizam-se por uma alta composição orgânica de seu capital. Esta taxa de composição orgânica (a relação entre o capital variável e o constante) situa-se acima da média, devido ao acentuado investimento em capital constante, aumentando a produtividade do trabalho. Ademais, freqüentemente, estão envolvidas empresas multinacionais, que mantêm domínio monopolista ou oligopolista do mercado. Disto resulta: 1. o preço de produção de suas mercadorias está, em geral, situado acima do valor real, por efeito da

transferência de mais-valia a partir dos ramos de composição orgânica abaixo da média; 2. sua taxa de lucro é singularmente alta, superando bastante aquela que prevalece nas indústrias do setor concorrencial.

Desta maneira, embora possamos dizer que, como regra geral, o preço de mercado dos MT, ao nível da empresa de serviços de saúde, é regulado pelo seu preço de produção, não há uma necessária igualdade entre o total da mais-valia contida nos MT e o montante de lucro repartido entre as empresas industriais e de serviços de saúde. Por outras palavras, em relação aos MT verifica-se uma apropriação de mais-valia por essas empresas, a qual, em conjunto, excede aquela que lhes foi incorporada no momento da produção. O simples fato de a indústria que os produz ter elevada taxa de composição orgânica já implica num desvio do preço de produção face a seu valor. Acresce, contudo, que essa transferência de mais-valia, determinada habitualmente pelos mecanismos de mercado que nivelam as taxas de lucro entre os diversos ramos de produção, adquire uma dimensão mais acentuada em decorrência do caráter monopolista da indústria que fabrica esses insumos.

A indústria de MT encara os serviços de saúde como a base de sustentação de uma crescente demanda por seus produtos. De alguma maneira, são eles que fazem destas mercadorias objetos de uma necessidade particular. Aqui, não importa se o serviço tenha cunho capitalista ou não. Pertencam às empresas de serviços de saúde à iniciativa privada ou ao Estado, essa demanda não se altera e a acumulação capitalista nos ramos industriais pouco é afetada. A articulação entre o volume do consumo (ou dos serviços prestados) com o setor industrial assegura uma apropriada taxa de lucro, em qualquer circunstância.

Para a economia capitalista como um todo, importa, sobretudo a existência do segmento D-M do ciclo do capital-dinheiro em serviços de saúde, porque a acumulação que ocorre na área industrial é incomensuravelmente mais significativa que a verificada na área desses serviços, envolvendo, em geral, empresas de pequeno porte. Assim, desde que não se altere a demanda pelos MT, o fato de estas empresas de serviços terem ou não caráter capitalista pouco influencia sobre os interesses industriais. O ímpeto da acumulação industrial pode ser perfeitamente atendido por um ciclo não-capitalista, ao nível dos serviços, que adote a seguinte fórmula: $D - M(FT + MT) \dots D$. Aqui, o dinheiro adiantado não se valoriza, não é empregado como capital, porque, digamos, toda empresa de serviços de saúde se torna estatal ou particular beneficente. O preço de custo

de MT seria idêntico a seu preço de produção, não se formaria lucro. Mas, se a troca D-M persistir numa escala adequada ao volume dos MT produzidos o capital industrial nada perde: suas mercadorias continuam a serem vendidas e o dinheiro não deixa de refluir da esfera da circulação para a da produção. Ademais, teoricamente, o montante de mais-valia distribuída entre os capitais da área industrial poderia até aumentar, visto que não mais existem certas empresas que dele participavam, sem contribuir para sua produção.

Contudo, se a eliminação das empresas capitalistas de serviços de saúde implicasse numa efetiva queda da demanda pelos MT, o capital industrial sofreria, porque parte dessas mercadorias não poderia ser vendida, haveria superprodução relativa e, conseqüentemente, crise e desvalorização (ou "queima") de capital. Neste sentido, a existência dessas empresas de serviço e sua participação na redistribuição da mais-valia da sociedade estão justificadas pela capacidade de manterem a demanda pelos MT acima do nível que seria atingido se houvesse apenas serviços de cunho não-capitalista. Esta é a "função" específica que cabe às empresas capitalistas de serviços de saúde no âmbito mais geral da economia capitalista - ampliar a demanda pelos insumos e diversificá-la, quando atendem quer os beneficiários, de Seguro Social quer aqueles que consomem seus serviços como artigos de luxo.

Os serviços de saúde, qualquer que seja sua natureza econômica, estão subordinados às relações capitalistas de produção e de troca impostas pelas indústrias de insumos. Originam um mercado específico para o consumo dos MT (meios de diagnose e terapia) e mantêm uma demanda adequada à acumulação industrial. Por sua parte, os serviços capitalistas de saúde apenas contribuem para aumentar e aprofundar essa ligação. Em geral, os serviços de saúde propiciam o abreviamento do tempo de circulação das mercadorias usadas na qualidade de insumos ou MT, de duas maneiras distintas: 1. ao adiantarem o dinheiro que irá novamente funcionar no ciclo produtivo, isto é, ao agirem como promotores imediatos da circulação de valores; 2. ao orientarem os usuários no sentido de consumir certos insumos (e.g. através das "receitas médicas"). Quando adiantam dinheiro, na compra dos MT, seu papel assemelha-se ao do comércio; quando orientam o consumo, aproximam-se mais da função econômica exercida pela publicidade. Em qualquer caso, as empresas de serviços de saúde, capitalistas ou não, são agentes do capital industrial e formalmente estão submetidas a seu domínio econômico.

Os serviços de saúde, resumidamente, contribuem à acumulação capitalista da seguinte maneira:

1. promovem a circulação de valores, possibilitando à realização da mais-valia para o setor industrial e a mais rápida conversão da forma M' à forma D' , importando, em consequência, numa diminuição do tempo de circulação e de rotação desse capital (função semelhante à do comércio de bens de saúde);
2. propiciam uma relativamente discreta acumulação em seu próprio setor através das empresas capitalistas de serviços de saúde;
3. ampliam o mercado de bens de saúde, atuando em forma auxiliar e complementar à circulação simples desses bens que se verifica pelo comércio;
4. criam necessidades de novos bens de saúde (tecnologias) e, portanto, fazem surgir novas alternativas de investimentos produtivos.

Observações Adicionais sobre Trabalho Produtivo e Improdutivo

Até aqui, nossa análise esteve, em parte, presa ao objetivo de demonstrar que o trabalho em saúde, nas situações específicas em que se submete a relações capitalistas, é incapaz de gerar valor e mais-valia. Por conseguinte, o ciclo do capital nas empresas de serviços de saúde não passa pela forma M' , que assinala o capital-mercadoria valorizado, ou seja, portador de mais-valia. Este tipo de trabalho (como qualquer outro do chamado setor de serviços) em nada contribui na ampliação do "bolo" de mais-valia regularmente repartido entre os diferentes ramos de investimento capitalista.

A partir dessas premissas, poder-se-ia, sem maiores aprofundamentos, deduzir que o trabalho em saúde é, em qualquer circunstância, definitivamente "improdutivo".

Seria, entretanto, uma conclusão falsa, porque esse trabalho é improdutivo, num aspecto, e produtivo, noutro, a depender da relação social que se considere. A mais importante questão a respeito do conceito de trabalho produtivo e improdutivo, conforme se depreende de uma leitura atenta de *O Capital*, Teorias da Mais-Valia

e Sexto Capítulo Inédito, é a seguinte: produtivo (ou improdutivo) para quem?

Vejamos como esse problema pode ser explicitado no que concerne ao trabalho dos empregados das empresas capitalistas de serviços de saúde.

Em primeiro lugar, há de se ter em conta que esse trabalho não contribui na formação do numerador da taxa geral de lucro ($M/c+v$), ou seja, não participa na constituição da massa de mais-valia social, na medida em que não produz valor excedente (nem qualquer valor novo). Assim, do posto de vista do conjunto dos capitais da sociedade, trata-se de um trabalho improdutivo (32).

Porém, os investimentos realizados pelas empresas de serviços de saúde fazem parte dos custos indispensáveis à reprodução do capital global da sociedade, à semelhança dos custos de circulação. É a partir dessa característica de “custos necessários” que se faculta aos investimentos capitalistas em serviços de saúde o direito de participar da redistribuição da massa de mais-valia social. Cada porção de capital aplicado nessa área de serviço obtém, através desse mecanismo, um lucro de natureza subjetivamente indistinguível daquele de qualquer ramo produtor de mercadoria, ou seja, de um ramo que seja capaz de produzir diretamente mais-valia. Neste sentido, o indivíduo que aplica seu dinheiro numa empresa de serviços de saúde, com a intenção de converter D em D', o faz como um investimento produtivo. O trabalho de seus empregados é trocado por capital variável e se constitui em elemento de valorização do dinheiro adiantado, representando fonte de lucro. Para tal capitalista esse trabalho aparece como produtivo, e de fato o é, se considerado de uma perspectiva individual e com base nos objetivos da concorrência capitalista. Embora não produza imediatamente mais-valia, é a venda de seu valor de uso - junto com os MT -, que permite auferir um dado lucro, compatível com as taxas prevalentes no segmento concorrencial (não-monopolizado) da economia.

Na perspectiva do capital social, o investimento realizado em empresas de saúde constitui um dispêndio improdutivo de capital e o trabalho que emprega é também improdutivo. Mas, na perspectiva individual, motivada e mantida pela concorrência capitalista, trata-se de investimento e trabalho produtivos, capazes de proporcionar lucro (cujo mecanismo de obtenção, diga-se de passagem, é totalmente indiferente ao capitalista). Essa propriedade de render lucro distingue os empregados de uma empresa dessa natureza face, por exemplo,

os empregados de serviços domésticos, que são improdutivos tanto do ponto de vista “individual” quanto do social.

Essas diferentes facetas do conceito de trabalho produtivo são tratadas com absoluta clareza por Marx, quando analisa a origem do lucro comercial e sua oposição ao lucro industrial:

“Para o capital industrial, os custos de circulação se revelam e são custos necessários, mas não produtivos. Para o comerciante revelam-se fonte de lucro, que - suposta a taxa geral de lucro - está na proporção da magnitude deles. O desembolso a fazer nesses custos de circulação é, portanto investimento produtivo para o capital mercantil. Pela mesma razão, o trabalho comercial que compra é para ele diretamente produtivo” (33).

É nesta mesma acepção, que Marx, no primeiro livro de O Capital, acentua a indiferença do capitalista quanto à natureza do valor de uso que é alvo de seus investimentos, afirmando que, para este, tanto faz empregar seu dinheiro numa fábrica de salsichas como numa escola. Em qualquer situação, está pressuposto que obterá pelo menos o “lucro médio”, pouco importando que se trata, num caso, de produção de mercadoria e, noutro, de produção de serviços educacionais.

Como conclusão, anotamos a seguir os três contextos distintos que há de se considerar, na análise do caráter produtivo/improdutivo do trabalho efetuado por empregados de empresas capitalistas de serviços de saúde:

1. o usuário dos serviços - que está apenas interessado no valor de uso deste trabalho - compra-o como trabalho improdutivo, perpetuando um ato de circulação simples, uma troca de D por M, em que M representa o serviço e o seu acompanhamento por indispensáveis mercadorias que agem como meios de trabalho;
2. o empresário - que almeja transformar D em D' - compra e faz uso desse trabalho como elemento produtivo, pois lhe assegura um lucro de natureza subjetivamente semelhante àquele que obteria em qualquer outro investimento capitalista;
3. face ao capital global da sociedade - cuja reprodução depende de investimentos dessa espécie - apresenta-se como trabalho improdutivo, pois nada acrescenta ao montante de mais-valia normalmente distribuído entre os múltiplos capitais da sociedade.

Referências

1. Almeida, Wanderly J. M. e Silva, Maria Conceição - Dinâmica do Setor Serviços no Brasil: Emprego e Produto, (IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa, 18), Rio de Janeiro, 1973, p.16.
2. Paulo Singer distingue os serviços de consumo (individual e coletivo) dos serviços de produção (comércio, comunicações transportes, etc.), cf. Força de Trabalho e Emprego no Brasil: 1920-1969, Cadernos CEBRAP, nº 3, São Paulo, 1971, pp. 47-8. Trata-se de uma distinção usada para análise de dados censitários, sem implicar, da parte deste autor, numa intenção de fundamentá-la conceitualmente.
3. Uma boa revisão da literatura econômica, brasileira estrangeira, sobre serviços encontra-se em Distribuição de Renda e Emprego em Serviços, de Anna Luiza Ozório de Almeida, (..IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa, 34), Rio de Janeiro, 1976.
4. Marx, K - Theories of Surplus Value, Progress Publishers , Moscow, 1969, Part I, p. 411.
5. A respeito das diversas determinações do conceito de trabalho produtivo, consulte-se A. Berthoud - Travail Productive et Productivité du Travail chez Marx, Maspero, Paris, 1974.
6. Marx, K. - O Capital, C. Brasileira, Rio, 1968, Livro I, p. 216.
7. Marx, K. - Contribuição à Crítica da Economia Política, Martins Fontes, São Paulo, 1977, p. 40.
8. Marx, K. - História Crítica de la Teoria de la Plusvalia , Ediciones Brumario, Buenos Aires, 1974, vol. I, p. 221. Para algumas citações, utilizamos esta versão espanhola da edição feita por Kautsky das Teorias da Mais-Valia.
9. Marx, K. - Un Chapitre Inédit du Capital, Union Générale d'Éditions, Paris, 1971, p. 237.
10. Historia Critica ..., Vol. I, pp. 220-1.
11. Marx, K. - Los Fundamentos de la Critica de la Economia Poltica, Comunicacion, Madrid, s/d, vol. I, p. 337.
12. Theories of Surplus Value, Part I, p. 168.

13. Historia Critica..., Vol. I, p. 222.
14. Un Chapitre Inédit..., p. 228.
15. O Capital, Livro I, p. 59.
16. Idem, p. 83.
17. Idem, Livro III, p. 729.
18. Fundamentos... , Vol. I, p. 337.
19. Idem, p. 338.
20. Aplica-se aqui tudo que Marx observa acerca do salário no comércio, portanto, do salário em serviços de produção: "... determina-se então o valor da força de trabalho e por conseguinte o salário, como acontece com todos os demais assalariados, pelos custos de produção e reprodução dessa força de trabalho especifica e não pelo produto de seu trabalho", O Capital, Livro III, p. 337.
21. Un Chapitre Inédit..., pp. 229-30.
22. O Capital, Livro I, p. 207.
23. Idem, Livro II, p. 56
24. Idem, Ibid
25. Poulantzas, N. - As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje, Zahar, Rio, 1975, p. 233.
26. Cf. Donnangelo, M.C.F. - Medicina e Sociedade (O Médico e seu Mercado de Trabalho), Pioneira, S. Paulo, 1975.
27. O Capital, Livro III, p. 180.
28. (IDEM) p. 325.
29. Para uma análise desse tipo de empresa de serviços de saúde, no Brasil, consulte-se Oliveira, Jaime A.A. e Teixeira, Sônia M.F., "Medicina de Grupo: A Medicina e a Fabrica", in Guimarães, R. (org.) Saúde e Medicina no Brasil, Graal, Rio, 1978.

30. Braverman, H. - Trabalho e Capital Monopolista, A degradação do Trabalho no Século XX, Zahar, Rio, 1977, p. 79.

31. O Capital, Livro III, p. 719.

32. A nosso ver, uma das análises mais percucientes a respeito do caráter improdutivo do trabalho médico, no sentido da incapacidade de gerar diretamente mais-valia, encontra-se em Gonçalves, R.B.M. - Medicina e História: Raízes Sociais do Trabalho Médico, Dissertação de Mestrado, Área de Medicina Preventiva, USP, São Paulo, 1979. Concordamos com quase todos os pontos de vistas emitidos por esse autor, particularmente na apreciação que faz das idéias anteriormente defendidas por Antônio Sergio Arouca (ver Arouca, A.S.S. - O Dilema Preventivista, Contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva; Dept. de Medicina Preventiva e Social da Universidade Estadual de Campinas (Tese de Doutorado), Campinas, 1975.

33. O Capital, Livro III, pp. 346-7.